

# PARLAMENTARES

*Congresso nacional*

## TERÃO DIREITO A 13º

JORNAL DA TARDE

18 JAN 1995

## E 14º SALÁRIOS

ONTEM, AUMENTARAM VENCIMENTOS PARA R\$ 8 MIL MENSAIS.

A Câmara fixou ontem os salários do presidente Fernando Henrique Cardoso em R\$ 8,5 mil e do vice-presidente Marco Maciel, dos deputados, dos senadores e dos ministros de Estado em R\$ 8 mil. Os novos vencimentos serão pagos a partir de fevereiro. O aumento do presidente da República foi de 143,6%; do vice, de 154,9%; dos ministros, de 155,7%; e dos deputados e senadores, de 95,7%. Os novos salários do presidente, do vice e dos ministros foram aprovados por 308 votos a favor, 22 contra e 8 abstenções. Os dos parlamentares foram aprovados por 252 a favor, 49 contra e 5 abstenções.

Os deputados e senadores terão direito ao 13º salário. Além disso será dada ajuda de custo de R\$ 8 mil aos deputados e senadores no início e no final do ano, divididos em duas partes iguais, para auxílio em transportes,

que correspondem a mais dois salários. Do salário no valor de R\$ 8 mil, o parlamentar terá direito a R\$ 3 mil como subsídio fixo e mais R\$ 5 mil de subsídios variáveis. Dos R\$ 5 mil variáveis serão descontadas todas as faltas ocorridas em sessões deliberativas.

Os aumentos foram definidos depois de dois meses de negociação entre representantes dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. A princípio, chegou-se a trabalhar com a hipótese de fixação dos subsídios dos ministros dos tribunais superiores, do procurador-geral da República, dos secretários-executivos dos ministérios e dos generais, almi-

antes e brigadeiros.

As dificuldades de cálculo para se saber o impacto que o aumento destes servidores representaria na folha de pagamento da União levaram o ministro da Administração e da Reforma do Estado, Bresser Pereira, a pedir o adiamento da solução final para os salários dos servidores considerados de segundo escalão, mais os oficiais gerais das três armas.

Apesar do acordo entre os três Poderes, a votação do reajuste foi complicada. Havia a disposição de se aprovar o aumento dos salários, mas o PT, o PDT, o PC do B e o PST-U fizeram obstrução para que fosse dada a urgência à

votação do projeto que aumenta o salário mínimo de R\$ 70 para R\$ 100. Assim, os quatro partidos passaram a exigir que toda votação fosse feita pelo processo nominal, que exige 252 votos favoráveis para aprovar a proposta.

